

Comissão de Economia, Indústria e Comércio

VOTO EM SEPARADO

Projeto de Lei nº 4451, de 2001, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, na Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 4451/2001 atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados, na Comissão de Economia Indústria e Comércio – CEIC, sob a relatoria do Eminentíssimo Deputado Jaques Wagner, propõe que a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos do FAT, na Caixa, no montante de R\$ 1,0 bilhão de reais, sendo R\$ 700 milhões para financiamentos de micro e pequenas empresas – pessoas jurídicas de direito privado e firmas individuais, no meio urbano, nos setores de produção, comércio e prestação de serviços; e R\$ 300 milhões para financiamento da compra de veículos destinados ao transporte autônomo de passageiros, em cidades com mais de 50.000 habitantes

I. VOTO EM SEPARADO

O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, cuja fonte de recursos é o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP.

Por determinação constitucional (art. 239), pelo menos quarenta por cento dos recursos transferidos ao FAT pelo Tesouro Nacional são repassados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para aplicação no financiamento à produção e em programas de desenvolvimento. Sessenta por cento dos recursos são destinados ao pagamento de benefícios do seguro-desemprego, abono salarial do PIS/PASEP e qualificação profissional.

Os recursos destinados ao FAT provêm de oitenta por cento da arrecadação do PIS-PASEP, sendo que vinte por cento desses recursos é hoje destinados ao DRU.

O FAT desde 1999 têm um déficit primário, visto que 80% da arrecadação do PIS-PASEP, dos quais 40% são destinados ao BNDES, não cobrem as despesas com seguro desemprego, abono PIS-PASEP (14º salário), intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional. O déficit primário do FAT é coberto com os juros do patrimônio do FAT que está hoje aplicado em 4 Bancos Federais – Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste.

O Patrimônio do FAT, hoje depositado nos bancos antes mencionados, é de aproximadamente 50 bilhões de reais. Foi formado no período em que cem por cento da arrecadação do PIS-PASEP era a ele destinado, ou seja no período em que seus recursos anuais eram vinte por cento maiores, e que suas despesas eram bastante inferiores, visto que o Seguro Desemprego, que hoje despende 4 bilhões de reais, no passado despendia menos da metade desse valor.

Como foi dito anteriormente, hoje com receitas vinte por cento menores e despesas vinte por cento maiores, o patrimônio do FAT não recebe dinheiro novo, visto que mesmo os juros desse patrimônio são usados para cobrir o déficit primário.

O atual Patrimônio do FAT, depositado nos bancos oficiais federais, está aplicado em operações de crédito para agricultura familiar

(PRONAF), pequenas empresas (PROGER), programas de geração de renda e emprego criados em anos anteriores – Pró-Emprego, Pró-Trabalho, cujo retorno se faz em período longos.

Qualquer recurso “carimbado” do FAT não têm consistência financeira e caso tivesse, seria em pequeno montante, visto que sua prioridade deve continuar a ser os empréstimos para a agricultura familiar (PRONAF) e para as pequenas e micro empresas (PROGER).

A proposição poderá ainda resultar em superposição na destinação de recursos, haja vista a existência de linhas de crédito com recursos do FAT nas instituições financeiras oficiais federais, que já atendem às micro, pequenas e médias empresas, e o financiamento da compra de veículos destinados ao transporte autônomo de passageiros, por meio de cooperativas. Ademais, a aprovação do referido Projeto poderá ocasionar desequilíbrio na programação de aplicação dos recursos do FAT e comprometer o resultado de uma gestão democrática e participativa dos recursos que caracteriza a atuação do CODEFAT.

O VOTO

Por estas razões, apresento meu voto contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4451, e da emenda a ele apresentada.

Sala das Comissões, de setembro de 2001.

Rubem Medina

Deputado Federal - PFL/RJ